

POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS NAS PROPOSTAS PARA OS ASSENTAMENTOS RURAIS DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL: A BUSCA POR UMA SUSTENTABILIDADE COMPATÍVEL*

*Jefferson Marçal da Rocha***

*Rafael Cabral Cruz****

*Francis Casagrande Zanella*****

*Franclín Ferreira Wenceslau******

Resumo: Esta pesquisa analisou as políticas e estratégias que foram destinadas aos pequenos agricultores assentados na denominada Metade Sul do Rio Grande do Sul, considerando que estes se encontram em uma região em que a monocultura agrícola e a pecuária extensiva dominaram a economia regional por séculos, favorecendo a manutenção de grandes latifúndios. Como metodologia de pesquisa utilizou-se o método crítico-dialético no qual se valida a prova científica fundamentando-se na lógica interna dos processos que explicitam a dinâmica e as contradições externas e internas dos fenômenos. A metodologia dispõe também de corte qualitativo, fazendo-se uso do método dialético histórico comparativo, do *survey* de questionários e entrevistas semiestruturadas, aliada à análise de documentos e bibliografias. Foram realizadas entrevistas em profundidade com agentes de órgãos públicos promotores do desenvolvimento regional. Esta investigação constatou que as políticas implantadas nos últimos anos tiveram um redirecionamento estratégico, destacando-se iniciativas em que a sustentabilidade passou a ser vista como uma nova concepção na manutenção tanto da biodiversidade regional, como da viabilidade econômica e compatibilidade sociocultural. Contudo, é necessário indagar se estas estratégias podem ser consideradas como resultado destas novas posturas nas políticas propostas ou se são princípios dos movimentos sociais e dos próprios agricultores assentados.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Agricultura. Assentamentos. Metade Sul.

Policies and production strategies in proposals for the rural settlements of the southern half of Rio Grande do Sul

* Artigo desenvolvido no projeto de pesquisa: A concepção de sustentabilidade nas políticas propostas nos assentamentos rurais: uma análise das estratégias implantadas na Metade Sul do Rio Grande do Sul. apoio Bolsa Produtividade CNPq e Bolsa PROBIC Fapergs.

** Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa. Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR). Pesquisador CNPq (2).

*** Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa. Doutor. em Ecologia (UFRGS).

**** Discente do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Bolsista PROBIC/Fapergs 2011/2013.

***** Bacharel em Gestão Ambiental e Mestre em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

Abstract: This research examined the policies and strategies that were intended for small farmers settled in the Metade Sul of Rio Grande do Sul, considering that they are in a region in that monoculture farming and extensive livestock dominated the regional for centuries, favoring the maintenance of large landlordism. As methodology research was used the method critical-dialectical which validates the scientific evidence based on internal logic of the processes that explain the dynamics and contradictions of the external and internal phenomena. The methodology has also use of qualitative cut by making use of the method dialectical historical comparison by the use of questionnaires surveys and semi-structured interviews combined with the analysis of documents and bibliographies. Interviews were performed with officials from government agencies responsible for regional development. This research found that implemented policies in recent years had a strategic redirection highlighting that sustainability initiatives came to be seen as a new concept in maintaining both regional biodiversity as economic viability, social and culture compatibility. However it is necessary to inquire whether these strategies can be considered as result of these new positions of proposed policies or if are principles of social movements and of the farmers themselves settled.

Keywords: sustainability, agriculture, settlements, Metade Sul of Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa foi analisar as políticas e estratégias destinadas aos pequenos agricultores assentados na denominada Metade Sul do Rio Grande do Sul, considerando que estes se encontram em uma região em que a monocultura agrícola e a pecuária extensiva dominaram a economia regional por séculos, favorecendo a manutenção de grandes latifúndios monocultores.

O latifúndio e a monocultura agrícola são características da formação histórica agrária da região sul do Rio Grande do Sul. Nas últimas três décadas (1990-2000-2010) somaram-se a esta trajetória histórica, as políticas de reflorestamento silvícola, que passaram a ser encaradas como um fator economicamente viável por muitos agentes de desenvolvimento do Estado. Aliado a esses fatores, as propostas de mudanças para o setor agrícola da região, através da criação de assentamentos de pequenos agricultores, oriundos da pressão social dos movimentos sociais agrários, especialmente do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), sofrem forte resistência da sociedade local.

Na análise do desenvolvimento regional, deve-se considerar, também, o pouco conhecimento sobre os fatores e riscos ambientais dessa região constituída pelo Bioma Pampa e sobre o aquífero Guarani. Devido às suas peculiaridades e fragilidades naturais, necessita de estratégias produtivas

que conciliem a preservação da biodiversidade com culturas agrícolas compatíveis.

Considera-se que restam pouco mais de 40% de vegetação natural no Pampa gaúcho (SANTOS e SILVA, 2011), isso se deve a formas produtivas ambientalmente insustentáveis implantadas na região especialmente após a Segunda Guerra Mundial, quando os princípios da Revolução Verde e a exigência mercantil por altos índices de produtividade tanto na pecuária como na produção de grãos (*commodities* agrícolas) provou densidades de lotação superiores à capacidade de suporte dos campos da região. Estes dois fatores levaram à degradação dos campos nativos (CRUZ e GUADAGNIN, 2011).

Já os dados econômicos evidenciam uma estagnação do atual modelo produtivo da região, pois o PIB da Metade Sul, que representava apenas 19,97% em 1996, caiu ainda mais em 2006 representando apenas 10,3% do total do PIB do Rio Grande do Sul.

Frente ao apresentado, avaliou-se a concepção das políticas propostas aos pequenos agricultores assentados na Metade Sul nas últimas décadas, considerando o contexto que um desenvolvimento rural efetivamente sustentável deve levar em conta tanto os aspectos econômicos, como sociais e ambientais, previstos nos parâmetros do denominado Desenvolvimento Sustentável.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SUSTENTABILIDADE E AGRICULTURA

O conceito de sustentabilidade passou nas últimas décadas de um termo ligado quase que, exclusivamente, à preservação ambiental, na perspectiva exclusivamente ecológica, para uma proposta mercadológica de organizações comerciais, ou seja, de uma denominação encharcada de ativismo preservacionista, nas bases da chamada ecologia profunda (*deep ecology*) para preposições exclusivamente de *marketing*. Esta vulgarização de uso do termo ao mesmo tempo em que serviu para alertar a sociedade leiga sobre os graves problemas ambientais contemporâneos, levou a uma falta de critérios mais efetivos para se definir o que é e o que não é sustentável. Tudo, para os menos entendidos, parece que passou nos últimos anos a ser sustentável (ROCHA, 2011).

Neste artigo, sem fechar de todo a questão quanto às outras formas de se abordar o problema ambiental contemporâneo, propõe-se uma definição que incorpora os quatro componentes, se não os principais, os que comportam mais a preeminente problemática socioambiental, que são: a) a preservação dos recursos naturais, b) a justiça social, c) a viabilidade econômica.

ca e d) a manutenção dos aspectos culturais locais. Estes componentes se agregam a ideia de uma sustentabilidade que prioriza a busca pela qualidade de vida das atuais e futuras gerações.

Considerando que a qualidade de vida deve estar intimamente ligada à manutenção dos ecossistemas locais, que neste caso inclui-se a manutenção da vida de todas as espécies vivas de todos os biomas planetários, a perspectiva de sustentabilidade não pode ser medida apenas por indicadores de desenvolvimento humano, pois este não considera os índices de desgastes ambientais originados na elevação do PIB e da renda per capita das regiões. Para Dal Soglio (2009, p.18) “Sob este prisma, certamente muitos dos países chamados desenvolvidos apresentariam índices de desenvolvimento ecológico muito baixo, já que, do ponto de vista ecológico, entre eles se encontram os principais destruidores do ambiente global”.

Quanto à sustentabilidade nas atividades agrícolas deve-se primeiro entender os aspectos mercadológicos que, a partir da metade do século XX, foram aprofundados na produção de alimentos. A denominada modernidade agrícola, originada após a Segunda Guerra Mundial, com o irônico termo de Revolução Verde, trouxe consequências avassaladoras para os pequenos agricultores, muito especialmente aos mais pobres dos países periféricos.

O uso de tecnologias agrícolas exógenas, advindo do uso de sementes geneticamente modificadas e uso de agroquímicos, sob o falso pretexto de acabar com a fome no mundo, usurpou a autonomia da produção agrícola de muitas regiões do planeta. Os pequenos agricultores dos países pobres, por exemplo, se viram encurralados entre as indústrias de agroquímicos de um lado e as grandes agroindústrias produtoras de *commodities* de outro. O objetivo deste modelo nunca foi produzir alimentos para o mundo, mas sim voltar à produção agrícola dos países pobres para ganhos no comércio internacional, na denominada divisão internacional do trabalho. Neste aspecto os latifúndios foram cada vez mais ocupando os espaços agrários (ROCHA e BRANDENBURG, 2003).

Este modelo agrícola, denominado de modernização conservadora (GRAZIANO DA SILVA, 1997), pois manteve o *status quo* das elites agrárias, ainda não findou. Nas últimas décadas, os organismos modificados geneticamente, além de constituírem seres estranhos, inseridos no ambiente e potencialmente contaminadores das variedades nativas, da biodiversidade e dos seres vivos, não visam o aumento da produtividade, mas são os novos instrumentos para a monopolização do mercado de grãos, que se encontra nas mãos de poucas empresas, que internalizaram seus métodos produtivos, por todos os lugares do globo (PACÍFICO, 2009).

Neste sentido o princípio da precaução que não foi considerado na imposição do pacote tecnológico da denominada Revolução verde, também não este sendo considerado na disseminação dos grãos geneticamente modificados.

Este quadro, no nível de compreensão macro da política socioambiental contemporânea deve ser percebido como uma estratégia de mitigação, que sugere abrandar os efeitos do problema ambiental, a partir de propostas compensatórias entre os países do Norte e os países do Sul. Mesmo sem o apoio explícito das políticas do sul, este processo se encontra em pleno vigor, especialmente na América Latina com os denominados projetos de “créditos de carbono” e o “patenteamento da biodiversidade”, conceitos surgidos nos países ricos como forma de transformar em lucro as decisões tomadas pelos protocolos de Kyoto e de Cartagena (DAL SOGLIO, 2009). Assim, neste contexto, entende-se que a venda de créditos de carbono isenta as empresas de adotarem medidas mitigadoras nas suas plantas industriais. Isto, além de não resolver a problemática ambiental global, estimula os empreendimentos a usurparem o direito dos agricultores locais a decidirem como desenvolver sua produção agrícola.

Para Dal Soglio (2009, p.25):

A preservação da biodiversidade não pode ser tida apenas como um reservatório de genes que, patenteados, passam a ser explorados por empresas de biotecnologia para manipulação genética da vida e introdução geneticamente modificados na natureza, sem a devida avaliação dos riscos envolvidos.

No contexto da região em estudo, este processo se explicitou na política adotada nas últimas décadas, em que a pecuária tradicional, que já dava sinal de esgotamento econômico, cedeu território para o plantio de florestas exóticas para servir a indústria de celulose dos países centrais. Neste processo, um bioma originalmente caracterizado como campos (Bioma Pampa), passa ser alvo da especulação agrícola internacional. Pois a produção de papéis nunca foi prerrogativa das necessidades nacionais, muito menos locais.

Destarte, neste artigo a agricultura sustentável deve ser compreendida como uma atividade agrícola e ou rural capaz de manter a biodiversidade ecológica, ter capacidade produtiva adequada para manter as famílias dos agricultores e ser constituída a partir da dinâmica histórico-cultural dos agricultores locais. Aqui se radicaliza a concepção de que só um democrático acesso aos meios de vida (terra e meios de produção) aos verdadeiros detentores dos biomas locais, os agricultores, poderá efetivamente promover o desenvolvimento rural sustentável (COSTABEBER e CAPORAL, 2003).

2.2 A FORMAÇÃO ECONÔMICA DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Nos últimos anos, têm-se convivido com um novo geografismo econômico social e político no Rio Grande do Sul. Uma linha imaginária dividiu

o Estado entre a Metade Sul, pobre, atrasada e *pouco* desenvolvida e a Região Norte, rica, dinâmica e *muito* desenvolvida.

Porém esta divisão não é nova, se originou no final do século XIX, quando já era nítida a distinção econômica entre as duas regiões rio-grandenses. Para Rocha (2011) generalizou-se a ideia de que as diferentes formas de ocupação do território rio-grandense, aliadas a fatores de origem étnica de ocupação/colonização foram os determinantes principais da dicotomia no processo de desenvolvimento da Metade Sul e região norte do Estado. Neste período começaram as comparações entre as diferentes formas de ocupação das duas regiões do Estado. Na Metade Sul a formação de latifúndios e a origem luso-brasileira dos primeiros habitantes da região foram a regra. Já na região Norte, o processo de colonização se deu a partir de meados do século XIX e em minifúndios. A origem étnica dos colonizadores foi basicamente alemã e italiana.

Pela historiografia, observa-se que a ocupação da região sul do território brasileiro começou em função dos conflitos entre portugueses e espanhóis pela delimitação das terras do extremo sul do Brasil. Estes conflitos tiveram inúmeros episódios com várias guerrilhas na disputa pelas terras das fronteiras (PESAVENTO, 1985).

A estratégia político-militar da coroa portuguesa, na finalidade de efetivar a posse das terras em seu nome, consistiu em distribuir entre seus oficiais militares grandes extensões de terras, as denominadas Sesmarias.

Com a distribuição de lotes de Sesmarias, Portugal ocupou uma parte maior do território em disputa. Já a estratégia de ocupação adotada pela Coroa Espanhola foi a de *pueblos* que consistia em esperar um número suficientemente grande de colonizadores para fundação de núcleos urbanos. Estratégia que se mostrou pouco eficiente na função de ocupar as regiões fronteiriças pelos espanhóis.

A estratégia de distribuição de terras pela Coroa Lusa além de consolidar a posse das terras em nome de Portugal, originou um processo paulatino de organização na criação de rebanhos (PRADO JÚNIOR, 1976).

A princípio, o gado do Rio Grande do Sul serviu para abastecer a região mineradora que passou a ser a mola das exportações durante parte do século XVIII. A necessidade de gado e mulas na região de mineração proporcionou a organização dos primeiros núcleos de “junção de animais” na Metade Sul do Rio Grande do Sul. Estes núcleos eram locais onde se reunia o gado que seria comercializado com os comerciantes paulistas. Destes núcleos se originaram as denominadas estâncias (latifúndios) de criação de gado (ROCHA, 2011).

No final do século XVIII, com a implantação em território rio-grandense da indústria de salgamento da carne, as denominadas charqueadas, foi possível um uso ainda mais sistematizado dos rebanhos das estâncias. O melhor aproveitamento da carne deu uma nova dinâmica à atividade pecuária da região.

A economia da Metade Sul encontrou na indústria charqueadora um canal de escoamento para seus rebanhos que, até então, só eram comercializadas para a retirada do couro e para o transporte de cargas, na região das minas.

Porém, mesmo com o incremento do comércio de gado ocasionado pela indústria do charque, não houve nenhuma alteração na forma de produção dos rebanhos nas estâncias da Metade Sul. A criação continuou a ser feita de maneira extensiva, obedecendo às condições favoráveis da natureza e com pouca utilização de mão-de-obra. Durante o século XIX não houve nenhuma inovação significativa, que visasse um melhor aproveitamento dos rebanhos.

A falta de iniciativas inovadoras na produção dos rebanhos ocasionou um produto de baixa qualidade, devido aos abates indiscriminados e precoces dos animais. Fato que era ocasionado pelo aumento do mercado consumidor do centro do país, pois o charque havia se constituído no principal alimento dos escravos e das classes mais pobres.

Mesmo com estes problemas a pecuária e seus derivados consolidaram-se no século XIX, como o principal produto comercial rio-grandense.

Na segunda metade do século XIX, enquanto a indústria charqueadora rio-grandense sofria suas primeiras crises, manifestadas pelos decrescentes valores exportados, ocorria um aumento das exportações dos produtos agrícolas oriundos da região norte dedicada à policultura agrícola.

O processo de decadência econômica da Metade Sul do Rio Grande do Sul, flagrado no final do século XIX, acontecia paralelo ao sucesso policultor e industrial da região norte do Estado. Projeto que havia sido incentivado tanto pelo Império brasileiro como pelo governo republicano rio-grandense, pois parte dos representantes políticos da época acreditavam estar na policultura a chave para um novo patamar de desenvolvimento do Rio Grande do Sul (FONSECA, 1985).

Nos primeiros anos do século XX o projeto policultor para o Rio Grande do Sul já mostrava resultados, pois aumentou significativamente o percentual dos produtos coloniais nas exportações rio-grandenses. O Rio Grande do Sul ficou reconhecido, nesta época, como o “Celeiro do país”, e não mais como um Estado ligado estritamente à produção pecuária.

Após a Proclamação da República, os estancieiros da Metade Sul perderam a hegemonia política e econômica do Estado, que passa a ser dividido com os “novos agentes” da emergente economia colonial da região norte.

Nas disputas políticas entre Republicanos, que incentivavam a policultura e Federalistas, ligados à pecuária, houve vários conflitos ideológicos. Estes originaram a distinção de dois grupos sociais, o dos estancieiros latifundiários da Metade Sul, e dos colonos imigrantes minifundiários ligados à lavoura colonial.

A crise do setor pecuário na Metade Sul se tornaria permanente durante o século XX, ocasionada pela evidente dificuldade que a pecuária tradicional tinha de inovar seu processo de produção. Nesta época, já não se podia esperar grandes iniciativas dos estancieiros, pois mesmo nos momentos em que a atividade passou por períodos favoráveis com um mercado em ascensão e uma lucratividade significativa, eles não se mostraram capazes de inovar o processo produtivo (ROCHA, 2011).

Suas estratégias sempre se basearam em expandir os rebanhos e em adquirir mais terras, o que lhes possibilitava ampliar sua produção sem mudar as formas de produzir, que continuavam baseadas, especialmente, nas condições naturais do território.

A permanência dos estancieiros unicamente na atividade pecuária e sem procurar inovações pode ser explicada pelos seguintes fatores: a) pela facilidade de expansão de seus rebanhos, tanto na possibilidade que tinham no aumento dos lotes de terras como pela riqueza natural do território, que não lhes obrigava a busca de melhores técnicas; b) pela origem militar que lhes possibilitaram conquistar suas riquezas através de doação de terras e; c) pelos rendimentos satisfatórios da atividade pecuária, devido principalmente a seus baixos padrões de exigências.

Nota-se que a busca do aumento da lucratividade não era prioridade para o estancieiro, pois tanto seu poder político como sua riqueza econômica esteve sempre ligado a extensão de terras e número de cabeças de gado que possuía.

Estes fatores proporcionam explicações que levam a entender a racionalidade produtiva dos estancieiros e a perpetuação das atividades econômicas da Metade Sul, por mais de dois séculos na criação extensiva dos rebanhos.

A racionalidade produtiva empregada na criação pecuária dependia muito dos fatores naturais da região, aliada ao desconhecimento e a pouca motivação em arriscar-se em atividades, para eles desconhecidas, como a atividade agrícola, fez com que os estancieiros, apesar de estarem na condição de principais agentes econômicos do Rio Grande do Sul até a metade do século XX, não conseguissem viabilizar eficientemente o processo de desenvolvimento da Metade Sul.

2.3 O ATUAL QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL

A Metade Sul do Rio Grande do Sul manteve ao longo da sua história uma estrutura produtiva especializada basicamente em apenas dois produtos, até a metade do século XX em carne bovina e lã, e a partir dos anos de 1950, em duas cadeias produtivas a do arroz e a da bovinocultura, ambas responsáveis pela geração de grande parte da renda da agropecuária regional até os dias de hoje (ALONSO, 2003).

Esta organização socioeconômica da Metade Sul do Rio Grande do Sul, baseada na grande propriedade rural e em atividades monocultoras gerou vazios demográficos e centros urbanos distantes e economicamente pouco dinâmicos, foi marcada ainda pelo poder político e econômico do grande latifundiário, estancieiro e pecuarista, que empregam alguns trabalhadores rurais (denominados na região de peões) que trabalham na propriedade e socioculturalmente mantêm-se dependentes por várias gerações.

Já a economia do Rio Grande do Sul historicamente, de uma forma direta ou indireta, sempre esteve articulada ao mercado internacional, contudo a política econômica mundial imposta a partir do processo neoliberal dos anos de 1980 e 1990, a beneficiou duplamente, pois de um lado houve uma retomada das vendas ao Exterior, a partir de um câmbio favorável e do outro, a possibilidade de articulação maior com o resto do Brasil, que também passou a operar sem as amarras das décadas anteriores. Afinal, uma taxa de câmbio mais realista acaba sendo uma barreira para a importação de bens que poderiam ser produzidos internamente de forma competitiva.

Para Alonso (2003), o Plano Real, por exemplo, foi um divisor de águas para o desempenho da economia do Rio Grande do Sul. A política de desvalorização cambial, mantendo a fictícia valorização da moeda brasileira, repercutiu nas taxas de crescimento do Estado na década de 1990. Em comparação com outros estados da federação, o Rio Grande do Sul teve um bom desempenho econômico. Pois, enquanto a média de crescimento do país esteve em torno de 2,4%, o Rio Grande do Sul, no mesmo período, cresceu em média 4,7%. Contudo, esta situação iria se manter somente até o final da década de 1990, quando este pseudo dinamismo econômico do Brasil e consequentemente do Rio Grande do Sul, foi atingido pela reação de alguns países importadores, que tiveram sua situação agravada com a mudança no câmbio brasileiro. A Argentina, por exemplo, diminuiu suas compras do Brasil, descumprindo quotas estabelecidas, alegando política cambial irreal adotada pelo governo brasileiro no final da década de 1990.

Para Alonso (2003), mesmo neste período, o desempenho da Metade Sul esteve aquém das outras duas regiões do Estado, Norte e Nordeste. A região continuou passando por um processo de desindustrialização, tendo sua participação no produto industrial gaúcho decrescido de 12,81% em 1990 para 9,60% em 2001 (ALONSO, 2003). Este processo acabou por afetar todos os outros setores:

Assim, o comércio teve os efeitos da crise regional refletidos em seus indicadores econômicos, tendo reduzido sua participação no PIB comercial do Estado de 18,62% para 15,07% no período 1990-01. Essa queda é um indicador inequívoco da redução do consumo na região (ALONSO, 2003, p. 104).

Alonso (2003) destaca ainda que muitos municípios da Metade Sul, especialmente da Fronteira-Oeste e Campanha, apresentaram algumas peculiaridades econômicas nas últimas décadas. Segundo ele, foi dramático, para alguns municípios da fronteira, o estabelecimento de um regime comercial uruguaio baseado na isenção fiscal para mercadorias importadas (*free shops*) nas cidades de Rivera, Rio Branco e Chuí. Comércio típico de cesta de consumo das classes média-alta e alta, que deslocou uma parcela considerável da demanda por alguns bens de luxo.

Já a agricultura local manteve-se atrelada a dinâmica do agronegócio de grãos e pecuária. Contudo começaram a ser mais visíveis a incorporação de grandes extensões de terras para a indústria de celulose. Processo que começou em meados dos anos de 1990, e que se configurou, para alguns setores políticos da região, como uma nova perspectiva de desenvolvimento para o setor rural da região.

A consolidação socioeconômica desta trajetória poderia ser sintetizada da seguinte forma: a) a estrutura fundiária está baseada na grande propriedade, b) as atividades rurais tradicionais continuam basicamente ligadas à pecuária de grande porte (cabanhas, bovinocultura e equinos) e agricultura comercial, especialmente a orizicultura, e ainda nas primeiras décadas dos anos 2000, a grande ampliação da área com soja; c) o sistema de produção é extensivo/ intensivo e voltado para o comércio interno e externo; d) as relações de trabalho são assalariadas e com baixas remunerações; e) a densidade populacional é baixa e rarefeita e f) a formação sociocultural é tradicional com apego extremado a formas de produção latifundiária (ALVES et al, 2007).

Nesta estrutura, a pequena agricultura familiar é praticamente ausente até os anos de 1980, quando começam os primeiros assentamentos rurais na Metade Sul do Rio Grande do Sul. Nesta época, também, os movimentos sociais ligados a luta pelo direito à terra dos pequenos agricultores, em especial, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), passaram a atuar mais efetivamente na região.

Muitos destes agricultores são oriundos da região norte do Estado, que durante as décadas de 1960 e 1970 passou por um processo de mecanização ligado ao cultivo da soja, o qual exige a produção em escala para compensar os custos de produção. Os pequenos agricultores familiares desta região, que possuíam pequenos lotes de terras, não conseguiram mais competir neste mercado. Como consequência, a monocultura em grande escala aumentou suas áreas de cultivo e expandiram a produção de soja.

Além disso, este deslocamento geográfico da política de assentamento do INCRA deve-se à escassez de terras na região norte e nordeste do Estado, pois a intensa mecanização na agricultura aliada aos esforços de organizações e mobilizações dos movimentos sociais da região norte, contri-

buíram para a formação de uma população excedente nas áreas rurais da região norte.

Para Alves, et al. (2007, p. 84):

Muitos agricultores familiares dessa região se inseriram no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em busca da reconquista de um pedaço de terra, para voltar a produzir e restabelecer uma vida camponesa. Desse modo, o novo cenário desses atores sociais é a metade sul do Rio Grande do Sul, por meio de desapropriações os camponeses encontraram dificuldades e êxitos nessa territorialização no espaço do latifúndio pastoril.

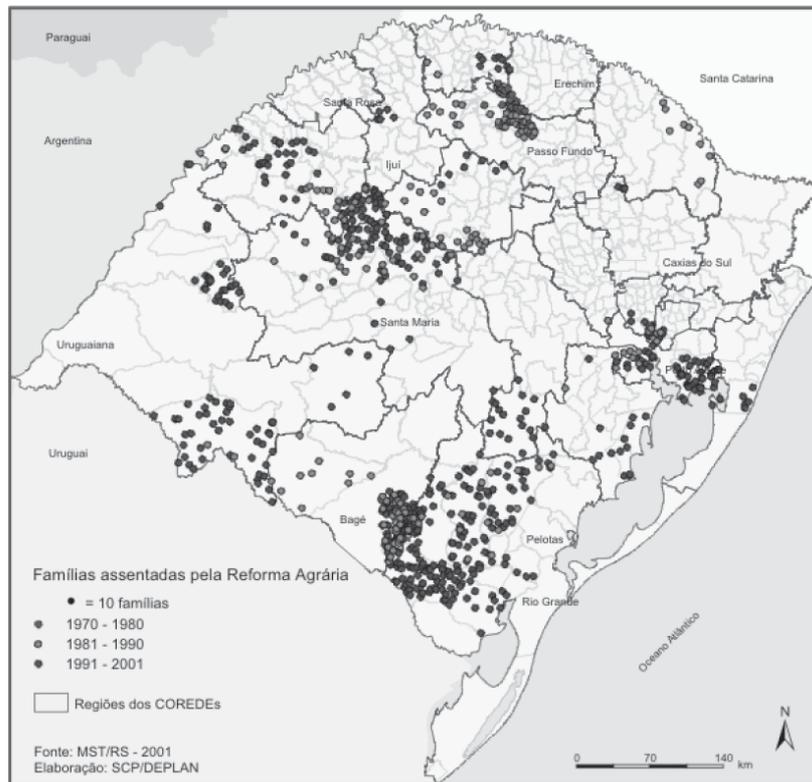
Para as organizações ligadas a reforma agrária no país (MST, INCRA, MDA, entre outras), a emergência de encontrar colocação para a população excedente da área rural da região norte do Estado, aliada à estagnação econômica e formação latifundiária na Metade Sul, foram fatores determinantes para as políticas de assentamentos implantadas nesta região a partir dos anos de 1980.

Para Buth e Corrêa (2006), desde a década de 1980, os movimentos sociais ligados ao campo, entre eles o movimento dos sem-terra (MST), começaram a direcionar suas ações na busca de uma reterritorialização da Metade Sul, a partir da redistribuição de terras em áreas de latifúndios improdutivos e áreas subutilizadas (propriedades rurais que não cumprem sua função social), pressionam por uma nova política de desenvolvimento rural para a região.

Durante a década de 1980, verificou-se uma crescente dificuldade de localizar terras passíveis de desapropriação na região do Alto Uruguai, onde foram feitas as primeiras desapropriações no Rio Grande do Sul, provocando um deslocamento espacial para as regiões centrais do Estado. A partir da década de 1990, o governo federal reduziu fortemente as desapropriações, passando esta política ao governo estadual. A partir daí, o foco de pressões do MST passou a ser a Metade Sul do Rio Grande do Sul (ALVES et. al., 2007).

O mapa abaixo reflete esta estratégia:

Mapa 1



Fonte: Alves et al (2007), p. 88.

Os indícios apontados representam um redirecionamento das estratégias de desapropriação para reforma agrária no Rio Grande do Sul, onde a Metade Sul passa a ser o novo foco, por apresentar terras improdutivas desapropriáveis por função social.

Atualmente no Rio Grande do Sul estão assentadas aproximadamente 13.000 famílias, dispostas em 330 projetos de assentamento (INCRA, 2011). Os assentados se apresentam como novos agentes sociais em uma região conhecida por sua estagnação socioeconômica e agricultura de monocultivos.

3. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Como metodologia de pesquisa utilizou-se o método crítico-dialético no qual se valida à prova científica fundamentando-se na lógica interna dos processos e nas evidências que explicitam a dinâmica e as contradições externas e internas dos fenômenos sociais que envolveram e envolvem nosso objeto de estudo (MARTINS, 1994). Compreender essa lógica passa a ser um mecanismo que se mostra útil na compreensão das estratégias de desenvolvimento regional propostas pelos agentes públicos que atuam na região, pois se considera que as políticas para os assentamentos de pequenos agricultores familiares da Metade Sul deveriam ocupar tanto uma dimensão regional, como diretrizes nacionais e internacionais. Porém deve-se salientar que estas últimas, muitas vezes, obedecem a uma racionalidade conflitante com a compatibilidade de uma sustentabilidade autêntica para a região.

A metodologia dispõe também de corte qualitativo, fazendo-se uso do método dialético histórico comparativo, do *survey* de questionários e entrevistas semiestruturadas, aliada a análise de documentos e bibliografias. Nesta pesquisa, ainda em andamento, foram realizadas entrevistas em profundidade com agentes de órgãos públicos promotores do desenvolvimento regional, pesquisadores do tema na região e agentes de Organizações Não Governamentais (ONGs). Estão previstas para a próxima fase da investigação entrevistas com os agricultores assentados na região nos últimos anos.

4. ANÁLISE E DISCUSSÕES

Nesta investigação, a partir de dados bibliográficos e entrevistas com agentes sociais do desenvolvimento para a região, se pode identificar que algumas estratégias e políticas possuem, pelo menos nas prerrogativas discursivas, o caráter sustentável, destas destacam-se as seguintes: a) a produção de arroz agroecológico no Assentamento Novo Horizonte II, no município de Santa Margarida do Sul; b) a linha de produtos Pão da Terra, que inclui 22 variedades de pães, biscoitos, salgadinhos e cucas com certificação de procedência ambientalmente sustentável, produzidos no assentamento de Eldorado do Sul; c) o Arranjo Produtivo Local do Leite desenvolvido no município de Santana do Livramento e d) a produção de Queijos finos na agroindústria localizada no município de Pedras Altas.

4.1 O ARROZ AGROECOLÓGICO EM SANTA MARGARIDA DO SUL

A produção de arroz orgânico começou no Rio Grande do Sul a partir de meados dos anos 2000, por iniciativa das famílias assentadas, com o apoio de cooperativas ligadas aos movimentos sociais aos quais se vinculam, em especial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Foram motivados pelo compromisso com a produção agroecológica e a perspectiva de conquistar um mercado diferenciado, uma vez que os agricultores assentados, que produziam arroz convencional se inviabilizavam economicamente devido à forte concorrência do arroz produzido pelo monocultivo latifundiário, dos baixos preços do arroz e dos altos custos de produção com o uso de agrotóxicos e outros insumos (CAMPOS; MEDEIROS, 2011).

Esse tipo de percepção e posicionamento para um redirecionamento estratégico vai de encontro à análise de Schneider e Fialho (2000) onde a redução da pobreza rural está associada à mudança da estrutura social e econômica que a produz. Para estes autores é preciso considerar que não basta apenas possibilitar o acesso a terra, seguindo o mesmo sistema produtivo da agricultura convencional que levou ao êxodo rural em décadas anteriores. Deve-se promover uma mudança efetiva nas políticas públicas destinadas aos pequenos agricultores, onde as estratégias produtivas preconizem uma maior autonomia na produção e comercialização de produtos ambiental e socialmente compatíveis.

A produção do arroz, orientada pelos princípios agroecológicos, transforma radicalmente a produção das famílias envolvidas, que deixam de ser meras consumidoras de pacotes tecnológicos e se tornam responsáveis por gerar inovações. Atuando como observadoras, contribuem com as pesquisas sobre lavouras alternativas, propiciando uma reflexão sobre o desenvolvimento de uma nova relação entre produção agrícola e os biomas na qual se inserem (CAMPOS e MEDEIROS, 2011).

Do ponto de vista socioeconômico as famílias contribuem diretamente na tomada de decisões tanto no processo de produção, quanto de armazenamento, beneficiamento e comercialização e ampliam a rede de relações com atores públicos e privados em múltiplas escalas – local, regional e nacional – tanto para negociar investimentos, ampliar mercado, quanto para trocar experiências e produzir inovações. Neste sentido, a cadeia produtiva do arroz agroecológico promove impactos significativos nos dois componentes do espaço regional: a configuração territorial e a dinâmica social (CAMPOS; MEDEIROS, 2011).

A produção de arroz orgânico no município de Santa Margarida do Sul se encontra em fase inicial, com duas colheitas até 2010. Kovalsk (2010) analisou a produção de arroz ecológico durante o ano-safra 2009/2010. A produção foi oriunda de um lote de 14 hectares, sendo que 12 destinados a lavoura orizícola e os outros 2 restantes em policultivos destinados a subsis-

tência. A base produtiva seguiu os preceitos da agricultura orgânica, sendo esta utilizada também em um processo pedagógico de aprendizagem, funcionando como lavoura-escola para os demais assentados. A cultura escolhida pelo agricultor foi a IRGA 417, que se mostrou com boa produtividade e condições edafo-climáticas adequadas ao Bioma Pampa.

Mesmo com as muitas dificuldades inerentes a implantação, constatou-se que esta família assentada teve uma renda líquida de R\$ 5.803,26 na safra. Kovalsk (2010) demonstra que a produção de arroz ecológico é economicamente viável como alternativa sustentável para ser desenvolvida no Bioma Pampa.

A estratégia agroecológica na produção de arroz aponta um caminho concreto para promoção de uma tecnologia ecológica e adaptada à pequena produção.

Resta considerar que a produção de arroz na Metade Sul do Rio Grande do Sul deve ser relacionada com a conflituosa questão do consumo e disponibilidade de água nesta região. Apesar de ter se mostrado viável econômica e ambientalmente, salienta-se que para expandir este tipo de cultivo na região, deve-se incentivar a pesquisa, na busca de estratégias que possibilitem uma orizicultura com o uso mais eficiente de água.

4.2 A PRODUÇÃO DA "PÃO DA TERRA" DE ELDORADO DO SUL

A Cooperativa de Produtos Orgânicos Pão da Terra inaugurou suas atividades no ano de 1997, por iniciativa de um grupo de 12 mulheres provenientes de famílias assentadas pertencentes ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) do Assentamento Integração Gaúcha, localizado no município de Eldorado do Sul, região metropolitana de Porto Alegre. Este assentamento foi criado pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 1991. As famílias deste assentamento são oriundas dos movimentos sociais de agricultores provenientes da região norte do Estado.

Por cerca de uma década, até meados de 2001, não existiram políticas de incentivo para estes agricultores, que viveram em precárias condições, tendo dificuldades para manter-se nas terras a eles destinadas. Considera-se que a dinâmica da agricultura, especificamente nesta região, constituía-se basicamente de produtores de arroz e criadores de gado, atividades desconhecidas da maioria dos assentados (ROSSATO, 2012).

Um grande diferencial para que boa parte do contingente de 69 famílias assentadas, distribuídas em um total de área aproximadamente de 1.400 hectares (COPTec, 2009), optasse por valorizar formas de agricultura que têm como princípio melhorar a sua condição social, econômica e de saúde, foi o incentivo a produção agroecológica apoiadas pela Fundação Gaia, que contribuiu na difusão de práticas de uma agricultura sustentável para este

assentamento, como a produção de hortaliças ecológicas e a produção de pães, cucas e biscoitos por agricultoras (ROSSATO, 2012). Segundo dados de Rossato, 2012:

As mulheres decidiram criar uma padaria artesanal e modesta que ofertasse produtos integrais, orgânicos, visando à qualidade de vida e saúde de seus consumidores. Além disso, resolveram trabalhar, também, com produtos com propriedades medicamentosas destinadas a pessoas diabéticas, celiacas (intolerância ao glúten), alérgicas a lactose e ovos. São responsáveis pela produção de pães, bolos, cucas, flocadas, salgados e biscoitos. No geral, são produzidos 22 tipos de pães e entre cucas e bolos são 18 variedades, os salgados e biscoitos variam de acordo com a demanda (ROSSATO, 2012).

A produção da “Pão da Terra” atende um nicho do mercado de consumidores que valorizam as certificações e avaliações atribuídas a toda cadeia produtiva para constituir produtos saudáveis e sustentáveis, justificando um valor econômico agregado, acessível principalmente para consumidores de maior poder aquisitivo.

Uma vantagem logística, especificamente neste caso, é a proximidade de um grande centro consumidor como Porto Alegre, que permite a comercialização tanto para consumidores conscientes ou não, mas que garante o escoamento da produção sem grandes dificuldades, em duas grandes feiras orgânicas na cidade, considerando que a produção da cooperativa ainda é pequena.

O grande objetivo para a cooperativa, atualmente, é a obtenção de licenciamento sanitário e ambiental no município, para atender uma nova demanda, o abastecimento da alimentação escolar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, direito garantido de acordo com a Lei Federal nº 11.947, criada em junho de 2009, que dispõe sobre a Alimentação Escolar e obriga a utilização de no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados aos estados e municípios pelo Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar dispensando o processo licitatório tradicional (ROSSATO, 2012).

Entende-se que este empreendimento vem se mostrando viável economicamente para a manutenção das famílias assentadas, e que a demanda do mercado deste tipo de produto ainda não está totalmente suprida, abrindo espaços para mais organizações com esta característica.

Socialmente, esta é uma alternativa que se insere em um amplo contexto ao considerar todo o processo produtivo, desde a oportunidade de trabalho justo proporcionado às diversas famílias inseridas das matérias primas a comercialização, até a construção de uma alimentação saudável para os clientes.

Resta considerar que as vantagens logísticas de fornecimento de matéria prima e escoamento de produção vistas neste caso, não se aplicam a toda Metade Sul do Rio Grande do Sul, pois se acredita que apenas grandes cidades como a Capital gaúcha oferecem este tipo de consumidor em escala que viabilize o escoamento de toda produção em feiras.

Há que salientar que para viabilizar a comercialização de produtos da agricultura familiar, existe uma estratégia governamental, que é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esses programas preveem abastecer uma demanda institucional e governamental, proporcionando uma garantia na venda dos produtos da agricultura familiar. Estes programas ainda são pouco acessados pelos agricultores assentados na Metade Sul.

4.3 O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DO LEITE DE SANTANA DO LIVRAMENTO

A área compreendida pelo Município de Santana do Livramento, segundo maior do Rio Grande do Sul, é de 6.950,388 Km², e sua população de 82.464 habitantes. Pertencem à região Metade sul e, até certo ponto, a esse contexto até aqui discutido, do processo de concentração fundiária, desigualdade social e pressões sociais pela reforma agrária.

No seu aspecto ambiental é válido salientar que todo o seu território está localizado sobre a área de afloramento do sistema Aquífero Guarani. Neste sentido, a importância da manutenção da boa qualidade dessa água subterrânea, leva a importância de estudos sobre o uso agrícola adequado. Por estas características peculiares, todo o território do município está enquadrado como área prioritária para a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade brasileira (MMA, 2007)

Já sua formação histórica está ligada à pecuária, principalmente extensiva, é uma característica da matriz produtiva da Metade Sul do Rio Grande do Sul, tanto que, em 1907, o empreendimento “Charqueada Sant’Ana” colocava-se entre as 20 maiores empresas brasileiras, indicando a importância desta atividade para a economia nacional (SCHÄFFER, 1993 *apud* AGUIAR e MEDEIROS, 2010). Após, cerca de um século, em 2007, conforme dados fornecidos pela Prefeitura de Santana do Livramento, o rebanho bovino era de 512.755 cabeças, maior rebanho do Rio Grande do Sul e vigésimo segundo do Brasil, evidenciando ainda a relevância da atividade pecuária no contexto desta região.

A partir da década de 1990, uma mudança parcial do enfoque produtivo baseado no rebanho bovino passou a ocorrer no município, a produção de leite, que não era a perspectiva histórica dos produtores locais até então, passou a ser vista no município como oportunidade produtiva concreta. Isso ocorreu devido à chegada, a partir de 1991, de novos agentes produtivos na

região, os primeiros assentados, trazendo experiências de outras localidades e iniciando uma incipiente mudança da matriz produtiva.

Caracterizando suas primeiras atividades, pode-se dizer que estes produtores inseriram as culturas predominantes no planalto gaúcho, região de origem da boa parte das famílias assentadas. Nesta região, a produção é constituída principalmente por milho e soja, que não se adaptam satisfatoriamente às condições edafo-climáticas de Santana do Livramento. A escolha que culminou nesse processo se deu, segundo depoimentos, a partir destas antigas experiências e também pela falta de assistência técnica na época. Os resultados foram grandes prejuízos e dívidas que dificultaram a permanência dos assentados, proporcionando a evasão de muitos deles (AGUIAR e MEDEIROS, 2010).

Um redirecionamento da produção ocorreu com o passar da década de 1990, a partir de novas experiências que tiveram como condicionantes determinantes, o clima e a histórica relação com a pecuária. Esta mudança levou boa parte dos assentados a trabalhar com gado, só que agora na produção de leite.

Um fato relevante nesta nova perspectiva econômica para a região foi a fundação da Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste Ltda. (Coperforte) em outubro de 2002. Inicialmente, foram 35 sócios que se organizaram na produção leiteira, procurando meios para escoar sua produção, que em média atingia 35 mil litros mensais na época.

Passado dez anos, estima-se que em 2012, estejam ligados diretamente a cadeia produtiva do Leite cerca de 600 produtores rurais, que juntamente com suas famílias, somam cerca de 3000 pessoas diretamente envolvidas com a produção diária de mais de 55 mil litros de leite.

A produção de leite do município cresceu muito nestes últimos anos. Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em 2006 a produção era de 6 milhões de litros por ano e em 2011 foi estimada em 20 milhões de litros, de acordo com o diagnóstico da Bacia Leiteira de Sant'Ana do Livramento.

Várias instituições estão ligadas diretamente a esta cadeia produtiva, e em diferentes aspectos, são determinantes para o modo em que possa vir a ocorrer um desenvolvimento regional com equidade, a partir da produção de leite. Estes agentes se reúnem desde 2005 em um grupo gestor, denominado Arranjo Produtivo Local do leite do município de Santana do Livramento. Nestas reuniões, representantes de diferentes setores envolvidos com a cadeia produtiva discutem, planejam e coordenam ações para esta cadeia produtiva. Alves e Marchi (2009) abordam a importância da governança em Arranjos Produtivos Locais (APLs):

Dentre os aspectos atualmente discutidos sobre arranjos produtivos locais (APL's), a questão da coordenação ou governança do arranjo produtivo tem ocupado

espaço. Devido ao grande número de atores (produtores, fornecedores, indústrias correlatas e de apoio, instituições de apoio técnico, financeiro e de pesquisa, entre outros) que atuam no APL, essa estrutura tem se tornado mais complexa, onde as ações destes atores precisam ser orientadas para objetivos comuns ou convergentes. Para tanto, é necessário que haja integração e colaboração entre as partes envolvidas, onde cabe à estrutura de governança orientar as ações do APL visando a consecução dos objetivos e o benefício a todos participantes (ALVES e MARCHI, 2009).

Mesmo considerando que houve importantes avanços na APL do leite em Santana do Livramento, os assentados ainda sofrem com problemas estruturais de transporte no acesso a seus lotes, falta de assistência técnica, logística dificultada pela distância entre assentamentos, além da falta de melhores estratégias produtivas para o leite, que possibilitem maior produtividade e valor agregado para os produtores. Estes problemas foram relatados em entrevistas, pelos diferentes agentes da cadeia produtiva, que aos poucos buscam alternativas e soluções.

É necessário entender as proporções que esta organização e os assentados tomaram, e sua importância social, econômica e ambiental na dinâmica local e regional, passados mais de vinte anos desde a instalação dos primeiros grupos.

Coordenar e orientar estes agentes através de formas organizadas de discussão é de fundamental importância para conduzir o potencial agrário dessa região e sua viabilidade de forma sustentável. Eis a importância das associações, cooperativas, arranjos produtivos locais e outros espaços com essa dinâmica, capazes de viabilizar ações coordenadas e previamente discutidas e fundamentadas nos espaços construídos democraticamente.

4.4 PRODUÇÃO DE QUEIJOS FINOS EM PEDRAS ALTAS

O Assentamento Nossa Senhora da Glória, instalado no município de Herval/RS em 1996, atual município de Pedras Altas, possui uma área de 3000 ha. Na sua criação foram assentadas cerca de 130 famílias, após anos de dificuldades, algumas destas acabaram por abandonar a área, foi quando em 1998 houve uma reestruturação do assentamento, rearranjando algumas famílias e dando a configuração que possui atualmente: 100 famílias assentadas.

A partir desta nova fase, este assentamento teve um importante incentivo estabelecendo-se, por iniciativa de pesquisadores e extensionistas ligados a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por meio do PLAGEDER - curso de planejamento e gestão para o desenvolvimento rural, uma parceria entre instituições francesas de apoio a produção de queijos e produtores locais, com o intuito de incrementar a produção de derivados

de leite produzidos nos assentamento Nossa Senhora da Glória. Este acordo promoveu o intercâmbio de conhecimentos na produção de queijos e de demais laticínios, e teve sua concretização na inauguração da Agroindústria Familiar Rural Mãe Natureza, localizada no Município de Pedras Altas, RS em 2009.¹

Atualmente cinco famílias estão ligadas diretamente a agroindústria, outras 40 famílias do assentamento fazem parte da Associação dos Agricultores Assentados do Assentamento Glória e as demais comercializam individualmente seus produtos nos municípios de Herval e Pedras Altas.

Na estruturação da agroindústria foram investidos mais de 450 mil reais, investimentos originários do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD), Fundação France Libertes, Associação Holos França-Brasil e Associação Soleil.

Observando os dados do levantamento socioeconômico feito pela Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec), em 2010, denominado de Plano de Recuperação do Assentamento Nossa Senhora da Glória, temos que:

A renda agrícola da maioria das famílias, aproximadamente 85%, provém da produção leiteira, pois é uma renda mensalmente garantida. As demais fontes são a venda de grãos (milho, feijão) e o gado de corte, que abrangem 4% das famílias. Algumas poucas famílias vendem outros produtos como, mandioca, batata, ovos, mel e hortaliças na cidade e direto ao consumidor. Outras vendem artesanato, ou produtos já industrializados, como é o caso da Queijaria Mãe Natureza, representa a renda de, aproximadamente, 5% dos assentados (COPTec, 2010, p. 67).

A questão norteadora do projeto de produção de queijos finos é a de agregar valor a um produto que até aquele momento vinha sendo comercializado *in natura*. A busca por novos mercados e novos consumidores culminou com o processo de fabricação de queijos finos na agroindústria.

Outro fator fundamental para a consolidação do tipo de estrutura produtiva a ser adotada, foi o de se levar em conta as potencialidades locais, no sentido de fortalecer o desenvolvimento econômico local/regional e, sobretudo, as experiências anteriores das famílias assentadas, neste caso, agricultores familiares já com certo domínio das técnicas de fabricação de queijos.

O ponto decisivo neste processo foi o engajamento dos pesquisadores da UFRGS e também dos produtores de queijo franceses que entraram com o *know-how*. Esta parceria iniciada em 2001 e finalizada em 2009 mostrou-se intensamente rica no sentido de promover a transferência de conhecimento e incentivar o empenho das famílias assentadas para um novo tipo de produto, até então desconhecido.

¹ Interessante lembrar que a parceria franco-brasileira surgiu durante o Fórum Social Mundial em 2001, que teve como sede Porto Alegre.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a produção de leite no assentamento gira em torno de dois mil litros por dia. Verifica-se que a capacidade de processamento da agroindústria é abaixo da produção diária do gado leiteiro, mas boa parte é processada e transformada em queijos.

Ainda, segundo o MDA, a agroindústria de 165 metros quadrados possui capacidade de beneficiamento de 500 litros de leite por dia, empregados na produção de queijo, iogurte e bebida láctea.

No entanto, muitas famílias que vivem da produção de leite, enfrentam dificuldades das mais variadas, tais como: a alimentação bovina em períodos de estiagem, melhoramento genético do rebanho e o atendimento da Normativa 51 do Ministério da Agricultura, que dispõe sobre a qualidade, coleta e transporte do leite a granel.

Mesmo com estas dificuldades, há perspectiva de crescimento destas ações, com a criação de agroindústrias, com vistas a um efetivo desenvolvimento rural, ainda que de forma pontual, mas sem dúvida, decisivo para a reprodução social no campo, principalmente dos pequenos agricultores da Metade Sul do Rio Grande do Sul.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir destas análises foi possível constatar alguns indícios de redirecionamento das estratégias e políticas destinadas aos agricultores familiares assentados na Metade Sul do Rio Grande do Sul. As primeiras experiências de assentamentos no Rio Grande do Sul serviram como aprendizado tanto para os movimentos sociais da terra como para os órgãos promotores de políticas para os assentamentos.

Esta pesquisa identificou algumas iniciativas em potencial para a pequena agricultura familiar se tornar viável econômica, social e ambientalmente na Metade Sul, no que se pode considerar como a busca por uma sustentabilidade compatível.

Entretanto, para a efetiva inserção desse tipo de iniciativa produtiva no mercado, a comercialização de produtos da agricultura familiar passou por um redirecionamento estratégico adotado com o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, conforme expectativa relatada na experiência da Cooperativa de Produtos Orgânicos Pão da Terra.

Esses programas, se desenvolvidos na Metade Sul do Rio Grande do Sul, além de atenderem a demanda institucional, proporcionariam uma garantia na venda dos produtos da agricultura familiar, preenchendo a lacuna muitas vezes existente entre produção e comercialização.

No caso do arroz orgânico do Assentamento Novo Horizonte II de Santa Margarida do Sul é importante considerar o redirecionamento no sistema de produção incorporando o manejo agroecológico. Entende-se que não é coerente após conquistar o acesso a terra seguir o mesmo sistema produtivo da agricultura convencional que levou muitas famílias ao êxodo rural em décadas anteriores. As estratégias produtivas devem preconizar uma maior autonomia na produção e comercialização de produtos ambiental e socialmente compatíveis.

A partir das experiências analisadas deve-se ressaltar a importância das associações, cooperativas, arranjos produtivos locais e outros espaços com essa dinâmica, capazes de viabilizar ações coordenadas e oferecer melhores condições ao fortalecimento de iniciativas dos assentados em espaços organizados.

Ainda é necessário indagar se todas estas estratégias podem ser consideradas como resultado de novas posturas nas políticas propostas ou se são resultado dos princípios dos movimentos sociais e dos próprios agricultores assentados.

Outro aspecto a considerar no contexto de uma sustentabilidade compatível, será o impacto da intensificação do uso da terra da agricultura familiar na escala da paisagem e verificar qual a capacidade de suporte do Bioma Pampa para absorver esta nova matriz agrária, tema aberto para futuras pesquisas na região.

Espera-se que os resultados desta pesquisa, com base em dados empíricos, possam servir de subsídio para a elaboração de novas políticas e estratégias dos órgãos promotores do desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, J.S.;MEDEIROS, R.M. Reforma Agrária em Santana do Livramento/RS: uma abordagem através dos sistemas agrários. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 5, n. 10, p. 226-258, ago. 2010.
- ALONSO, José Antonio Fialho. O Cenário regional gaúcho nos anos 90: convergência ou mais desigualdade. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 31, n 3, 2003.
- ALVES, D.; SILVEIRA, V.C.P; FERREIRA, E. R. Territorialização camponesa, identidade e reproduções sociais: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v.2, n.4,p. 82-97, ago. 2007.
- ALVES, L. C.; MARCHI, J. J. Estrutura de Governança no Arranjo Produtivo do Leite de Sant'ana Do Livramento: Buscando a Percepção dos Atores Envolvidos. In: Anais do XVIII Congresso de Iniciação Científica, Pelotas, 2009. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/cic/2009/cd/pdf/SA/SA_00604.pdf>. Acesso em: 10 março, 2012.
- BUTH, Fernanda; CORRÊA, Walquíria Krüger. A reconstrução do território a partir de assentamentos rurais: o caso do assentamento Ramada – RS. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 1, n. 2, ago. 2006.

CAMPOS, S. S. C.; MEDEIROS, R. S. V. Análise territorial da cadeia produtiva do arroz ecológico nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre – resultados preliminares. In: VI Encontro de Grupos de Pesquisa, 1, 2011, Presidente Prudente. Anais... Presidente Prudente, SP: UNESP, 2011.

COPTEC. COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS. Plano de Recuperação do Assentamento Integração Gaúcha, 2009. Disponível em: <http://www.coptec.org.br/mapa/Eldorado%20do%20Sul/Eldorado%20do%20Sul/PE%20INTEGRA%C7A%D5%20GA%DACHA/Relat%F3rio%20Final/PRA_PE_INTEGRA%C7%C3O_GA%DACHA%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 16 março 2012.

COPTEC. COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS. Plano de Recuperação do Assentamento Nossa Senhora da Glória, 2010. Disponível em: <<http://www.coptec.org.br/relatorios.html>>. Acesso em: 22 Maio 2012.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, Hugo. (Org.): *Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul*. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003, p.157-194.

CRUZ, R. C.; GUADAGNIN, D. L. Uma pequena história ambiental do Pampa: proposta de uma abordagem baseada na relação entre perturbação e mudança. In: Costa COSTA, Benhur Pinós da; DIECKEL, Mara Eliana Graeff. (Orgs.). *A sustentabilidade da Região da Campanha-RS: práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas*. Santa Maria, RS.: UFSM, PPG Geografia e Geociências, Dep. de Geociências, 2010, v.1, p. 155-179.

DAL, SOGLIO, F. A Crise ambiental planetária, a agricultura e o desenvolvimento IN: DAL SOGLIO, F. e KUBO, R.R. (Orgs.) *Agricultura e Sustentabilidade*. UAB/UFRGS – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FONSECA, Pedro Cesar Dutra. *A Transição Capitalista no Rio Grande do Sul: a economia gaúcha na Primeira República*. São Paulo: Fipe/USP, 1985, p. 263-285.

GRAZIANO DA SILVA, J. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social. In: ALMEIDA, J. A.; NAVARRO, Z.(Orgs.) *Reconstruindo a agricultura – idéias e perspectiva de desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS,1997.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência 11/RS. Relatório de Gestão do Exercício de 2010. Porto Alegre. Disponível em:<<http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/relatorios/file/708relatorio-de-gestao-2010-sr11-rs?start=20>>. Acesso em: 18 novembro 2011.

KOVALSKI, Carlos Henrique. Documento técnico contendo análise econômica da produção de arroz ecológico em lote de Reforma Agrária, no Assentamento Novo Horizonte no município de Santa Margarida do Sul – RS, no ano-safra 2009/2010. Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/323/Carlos%20Henrique%20Kovalski%20>>. Acesso em: 14 março 2012.

LEITE, Sérgio. Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, Fortaleza, 2003. Disponível em:

<www.nead.org.br/download.php?form=.pdf&id=27>. Acesso em: 07 julho 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Metodologias convencionais e não-convencionais e a pesquisa em administração. Disponível em: < <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C00-art01.pdf> >. Acesso em: 11 maio 2012.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Agricultores inauguram agroindústria de leite na Zona Sul do RS. Disponível em:

<<http://sistemas.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/22698>>. Acesso em: 12 março 2012.

MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Arranjo Produtivo Local do Leite de Santana do Livramento-RS. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1337173920.pdf>. Acesso em: 10 abril 2012.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. Áreas prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira: Atualização – Portaria MMA Nº 09, de 23 de janeiro de 2007, v. II. CD-ROM.

NORGAARD, R. B. A base epistemológica da Agroecologia. In: ALTIERI, M. (ed.). *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989, p.42-48.

PACÍFICO, D. História da Modernização da Agricultura: Um conto de Muitas Facetas. In: DAL SOGLIO, F. e KUBO, R.R. (Org.) *Agricultura e Sustentabilidade*. UAB/UFRGS – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

PESAVENTO, Sandra. *História da Indústria Sul-rio-grandense*. Guaíba-RS: Riocell, 1985.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

ROCHA, Jefferson M.; BRANDENBURG, Alfio. Limites e Desafios da Agricultura Familiar: A Sustentabilidade em Questão. *Revista REDES*, v. 8 ,n . 2 , p. 93-104. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

ROCHA, Jefferson Marçal. *A Sustentabilidade Desfocada: a lógica das políticas de desenvolvimento rural para Áreas de Proteção Ambiental-APAs- O Caso de Guaraqueçaba-PR*. 2004, Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR. Curitiba, 2004.

ROCHA, Jefferson Marçal. Agroecologia em Caxias do Sul: razões, ações e (des)ilusões. *Perspectiva Econômica*. v.4, n. 1, jan a jun, 2008. PPGE/Unisinos.

ROCHA, Jefferson Marçal. *As Raízes da Crise da Metade Sul Estudo da formação econômica do Rio grande do Sul*. Jaguarão-RS: Fundação Universidade Federal do Pampa, 2011.

ROSSATO, Camilla Costa. Relatório de estágio realizado na agroindústria pão da terra Eldorado do Sul/RS. 2012. Relatório de estágio (Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – Plageder) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SANTOS, Samuel; SILVA, Lucas Gonçalves da. Mapeamento por imagens de sensoriamento remoto evidencia o Bioma Pampa brasileiro sob ameaça. *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 29, n. 2, p. 49-57, 2011.

SCHÄFFER, Neiva Otero. *Urbanização na Fronteira: expansão de Sant’Ana do Livramento/RS*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Sant’Ana do Livramento, 1993.

SCHNEIDER, S. M.; FIALHO, A.V. Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul. *Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo, v.8, n.15, p. 117-150, 2000.